



O PRAGMATISMO E O *KITSCH* TOTALITÁRIO: VÍCIOS E VIRTUDES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL¹

Mauro Cristiano de Paula Silva²

Resumo

O império da razão, a sistematização das ciências naturais e a materialidade sociohistórica constituem as bases para esta reflexão. Objetivamente, em primeiro lugar, propõe-se realizar uma análise crítica do pensamento reducionista, acomodado na macrotendência do pragmatismo cartesiano; em segundo lugar, defende-se a valorização do todo integrado, porém aponta-se as críticas a ele imputadas por haver sido sequestrado pela ideologia conservadora da educação ambiental e seu viés tecnocrata, diluído na ideologização do desenvolvimento sustentável; em terceiro e último lugar, este artigo estima destacar o uso que os empresários e/ou seus representantes fazem do *kitsch totalitário* para encobrir as perversidades em que estão mergulhadas o modo de produção para reprodução capitalista. Concomitante a estas questões, considerando a infraestrutura e superestrutura da sociedade, a proposta desta escrita é a de vincular o discurso do 'todo integrado' à crítica da economia política como uma base material que envolve a Educação Ambiental Crítica (EAC), pois, sem tal prerrogativa esta EAC limita-se a um adorno acadêmico, sem forças de realização social e efetivamente educacional.

Palavras-chaves: Pragmatismo Cartesiano; Educação Ambiental; Crítica da Economia Política.

PRAGMATISMO Y *KITSCH* TOTALITARIO: VICIOS Y VIRTUDES DE LA EDUCACIÓN AMBIENTAL

Resumen

El imperio de la razón, la sistematización de las ciencias naturales y la materialidad sociohistórica constituyen los fundamentos de esta reflexión. Objetivamente, en primer lugar, se propone un análisis crítico del pensamiento reduccionista, arraigado en la macrotendencia del pragmatismo cartesiano; en segundo lugar, se defiende la valorización del todo integrado, pero se señalan las críticas que se le dirigen por haber sido atrapadas por la ideología conservadora de la educación ambiental y su sesgo tecnocrático, diluido en la ideologización del desarrollo sostenible; en tercer y último lugar, este artículo pretende destacar el uso que los empresarios y/o sus representantes hacen del *kitsch* totalitario para ocultar las perversidades inherentes al modo de producción para la reproducción capitalista. Concomitante a estas cuestiones, considerando la infraestructura y superestructura de la sociedad, la propuesta de este escrito es vincular el discurso del 'todo integrado' a la crítica de la economía política como base material que involucra la Educación Ambiental Crítica (EAC), ya que, sin tal prerrogativa, esta EAC se limita a un sencillo ornamento académico, sin fuerzas de realización social y efectivamente educativa.

Palabras-claves: Pragmatismo Cartesiano; Educación Ambiental; Crítica de la Economía Política.

¹ Este trabalho tem o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU, 2023-2027); Bolsita da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). Email: maurocristianogeo03@gmail.com



INTRODUÇÃO

A instalação de um grande empreendimento no espaço geográfico vem carregado de um discurso de convencimento ao fazer uso de palavras como: desenvolvimento nacional, geração de emprego, progresso, inovação e tecnologia, recursos para programas sociais, em caso de empreendimentos que oferecem riscos à população, sobretudo às mais vulneráveis, o discurso é o da segurança que o empreendimento oferece (Alentejano e Tavares, 2019, p. 194).

O cinismo dos tecnocratas de grandes empreendimentos é uma prática comum de quem encobre seus defeitos com uma maquiagem exibicionista. A palavra mais adequada a esses desígnios é o *kitsch* do vernáculo alemão, obcecadamente discutida pelo romancista Milan Kundera em “A insustentável leveza do ser”. Fazer uso do *kitsch*, neste sentido, é borrifar perfume no estrume ou cobrir de bom gosto o mal gosto. Kundera (1986) explica que “O *kitsch* é o ideal estético de todos os homens políticos”.

Embora a educação ambiental e o concurso dos textos críticos ao paradigma cartesiano não sejam novidades entre as produções acadêmicas, estes temários permanecem como objetos de análises, sobretudo nos dias atuais em que o mundo reificado pelo capital o forjou a partir da base racionalista do modo fragmentado de pensar, retalhando a sociedade em quantos de milhares de pedaços foram necessários.

É imprescindível, portanto, analisar e negar os discursos do pragmatismo ambiental socialmente engendrados nas relações entre a sociedade e a natureza capturada e revestida sob a forma de mercadoria. Os distintos canais de comunicação e informação são um lugar ‘sanitário’ onde higienizados tecnocratas e especialistas ambientais jogam o *kitsch totalitário*, de modo a sanear as ações humanas mais vis, mais cruéis e mais abjetas que o modo de produção capitalista possa produzir.

Na escrita deste artigo, optou-se pelo dispêndio de uma análise bibliográfica diversificada e cuidadosamente analisada para evitar generalizações e tendências simplistas e/ou incongruentes. Para isso, foram selecionadas obras que corroboram com este trabalho, mas que não reproduz suas possíveis generalizações ou até equívocos como alerta Gil (1991, p. 51) “Para reduzir esta possibilidade, convém aos pesquisadores assegurarem-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições [...]”. Assim dito, o procedimento metodológico se baseia numa bibliografia entre livros e artigos científicos publicados em periódicos qualificados que abordam os três momentos em que este artigo foi escrito.



O PARADIGMA FÍSICO-MATEMÁTICO, A SOCIEDADE OBJETIFICADA E A NATUREZA SERVIÇAL

O que ficou conhecida como a Revolução Científica na transição da Era medieval para a Era moderna esteve associada aos cientistas: Copérnico, Galileu, Descartes, Bacon e Newton. O homem vai se tornando personagem central no universo, ainda que dicotomizado entre duas substâncias (corpo e mente) mediatizados pelo método cartesiano e pela Revolução Copernicana. As ciências e o progresso (mercantil e pré-industrial) vão avançando entre erros e acertos até que o projeto baconiano³ encontra a segurança epistemológica de que precisava para consolidar o currículo escolar racionalista.

A maior ambição dos modernistas, em linhas gerais, constituía-se no controle da natureza. E, para fundamentar a legitimidade dessa perseguição, foi preciso dissociar sujeito e objeto, além de fazer a transição da natureza divina à natureza dessacralizada como explicado pelo geógrafo Ruy Moreira ao classificar como “grande pacto entre ciência e religião”:

Até o renascimento, o natural e o não-natural entrecruzavam, havendo entre ambos mil portas de entrada e saída. O natural pode ser a encarnação do sobrenatural e os acontecimentos acidentais e provocados por forças não-naturais. Com o advento da ciência moderna, a natureza passa a ser um campo de forças racionais e lógicas, separando-se rigidamente o natural do não-natural. A dessacralização é assim a passagem para a naturalização da natureza, sinônimo de desumanização e sua relação utilitária (Moreira, 2006, p. 57).

Estas constituem, portanto, uma das bases para o conceito de externalidade na relação sujeito/objeto ou homem/natureza, estendido para a noção de deslocamento, apartamento, distanciamento, descolamento, etc., onde o ser humano e a natureza se opõem e se excluem.

A natureza passou a situar-se, então, sob as botas do império da razão. Império porque nenhuma área do conhecimento passaria a produzir ciência sem antes se submeter ao filtro do racionalismo cartesiano. Assim sendo, a consolidação do método investigativo de Descartes, baseado na dúvida, culminou na “ética antropocêntrica” em que a decomposição do mundo constituiu em um golpe certeiro para a compreensão do todo. As partes são privilegiadas na investigação e a dimensão do todo é perdida (Griin, 2009).

Impreterivelmente, o quimérico cartesiano para a educação é a percepção da necessidade de estar alinhada com a Revolução Copernicana. É bastante oportuno o

³ Em sua máxima mais conhecida “ciência é poder”, Bacon propôs, antes mesmo de Descartes, a cisão entre homem e natureza. Ambicionou também uma “ética antropocêntrica” que só triunfou mais tarde com o próprio Descartes em razão de sua episteme (Griin, 2009, p. 32-33).

fragmento de Mauro Griin (2009) para apreender a fusão do racionalismo dos cientistas aqui supracitados.

Este novo ideal educacional encontrou em Francis Bacon seu mais notável representante. O homem deveria dominar a natureza para, por meio desta dominação, libertar-se a si mesmo. As ciências naturais alcançaram um progresso jamais visto na história humana. A educação precisava acompanhar os ditames desta ciência que surgia. Era preciso mudar, remodelar, e estas necessidades eram sentidas também na área do currículo (Griin, 2009, p. 34).

Para Bacon, conforme argumenta Griin, o homem era prisioneiro na natureza e sua liberdade estava em se tornar dela o opressor, o sociometabolismo da relação homem-natureza, até então baseado no respeito e na cooperação, passa a ser arbitrariamente desconsiderado. O ensino escolar, seja geográfico, seja qualquer outra área do conhecimento, obedece ao plano cartesiano ao ministrar conteúdos desconectados entre si. Docentes e discentes bailam de quadro em quadro (da natureza) ou em compartimentos fechados entre os mais diversos temários que envolvem a ciência geográfica como se entre eles não houvessem conexões.

Os resultados dessas fundamentações do paradigma físico-matemático são bastante conhecidos. A epistemologia crítica de Ruy Moreira (2006, p. 49-50) exemplifica que o ensino do relevo, “base da base territorial”, é fundamentado em didáticos mapas hipsométricos que apresentam a altimetria de determinado terreno em forma de cores. O autor ainda indaga: “qual professor se deu conta de que esta leitura não passa de uma deformação matemática do fenômeno geomorfológico, fruto da confusão, por maiores que sejam as correlações, entre a altimetria e a geomorfologia?”

Essa dificuldade é sentida entre os docentes que raramente estabelecem as interconexões e elas são igualmente refletidas nas dificuldades dos discentes em assimilar as interações dos fenômenos climáticos, das formas do relevo, das ações humana, das leis de proteção ambiental e, finalmente, dos eventos catastróficos que atingem e provocam perdas de vidas humanas e de outras espécies animais. Ademais, os noticiários meteorológicos reforçam o senso comum das definições sobre o clima e o tempo, pouco combinados com as catástrofes que ano após ano são noticiadas.

A concepção de mundo sob o paradigma cartesiano é engendrada no espírito dos homens e das mulheres por meio dessa ferramenta burguesa chamada currículo que cumpre o seu papel de interesses de classes. As dificuldades em conceber uma Educação Ambiental compreendida em suas dimensões política, econômica, social, cultural, ética, etc. de forma



integrada, frustram profissionais da educação com proposições que se enquadrariam naquilo que Capra (1996) chama de “teia da vida” e suas inseparáveis cadeias não hierárquicas.

Assim, ideologicamente, o pragmatismo ambiental desenvolve suas certezas baseadas no filtro ditatorial, trazendo uma percepção enganosa da realidade e levando a humanidade para um colapso sem precedente, tendo em vista as catástrofes *sui generis* em escala global.

A sociedade (capitalista) não pode sobreviver sem explorar os ‘recursos’ naturais, essa mesma sociedade encontra-se dissociada dos processos naturais, tendo em vista que a sociedade moderna e contemporânea está balizada no pensamento pragmático-reducionista que culminou na “ética antropocêntrica” (Griin, 2009) e, nos dias atuais, aprofunda a crise ambiental ao conceber a natureza como um serviço dos capitalistas.

O paradigma físico matemático trouxe, factualmente, grandes avanços ao longo dos séculos. No entanto, claro está que a instrumentalização do mundo gerara também consequências calamitosas para a humanidade, pela objetificação do homem e o reducionismo das relações seja no núcleo familiar, seja na sociedade coisificada em geral.

A visão mecanicista traz problemas sociais em razão da separação que promove entre as partes e o todo social, pois, são compreendidos conforme uma hierarquia que gera segregação e bastante desigualdade entre as classes ao mesmo tempo que imprime uma radical fragmentação na sociedade e acentua o abismo entre possuidores e despossuídos. Quando denunciado o mundo horivelmente construído, os agentes do capital fazem uso do *kitsch* totalitário por mais ignóbil que se preste, seja nos meios midiáticos, seja nos anuários de sustentabilidade, seja na escola por meio do currículo e da ementa.

A REALIDADE ENGANOSA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O REDUCIONISMO DA VISÃO SISTÊMICA

Por outro lado, buscou-se estabelecer, nesse trabalho reflexivo, uma crítica à “macrotendência” da educação ambiental e suas práticas reducionistas ditas sustentáveis e conciliadora com o sistema capitalista que se encontra na macrotendência do pragmatismo cartesiano e “representa uma forma de ajustamento ao contexto neoliberal de redução do Estado” (Layrargues; Lima, 2014, p. 31).

O pensamento integrado ou sistêmico em Capra (1996) realiza um extraordinário esforço de superar as dificuldades teóricas ao concretizar uma crítica ao sistema cartesiano de fragmentação, contudo muitas das ‘virtuosas’ produções acadêmicas pretensas como alternativas para uma educação ambiental, permanecem viciadas e alojadas no seio do capital,



em especial aquelas que tratam do desgastado termo ‘sustentabilidade’, bastante utilizados em anuários empresariais.

A autora Denise Müller, em poucas linhas, expõe um panorama preocupante a respeito da problemática ambiental e as consequências legitimamente alarmantes.

O atual cenário mundial apresenta um planeta com reais possibilidades de entrar em colapso, pois a degradação ambiental está se tornando uma ameaça à continuidade da vida. Percebe-se um aumento da poluição, da produção de lixo, do desmatamento, enfim, a sustentabilidade ambiental do planeta está em risco (Müller, 2011, p. 146).

Apreender a sustentabilidade ambiental exige mais do que analisar as causas que provocam as consequências. Para além de se constituírem num conjunto de ações no intento de combater os problemas que geram inúmeras consequências negativas para a sociedade e para o meio ambiente, é imprescindível que seja apreendido todos os múltiplos conjuntos socioespaciais e as interações sociometabólicas.

O Físico Fritjof Capra (1996, p. 35-36) faz um contraponto ácido ao método cartesiano, partindo de uma “visão romântica da natureza como um grande todo harmonioso”, inspirado nos artistas dos séculos XVII e XVIII que de certo modo, levou outros artistas e cientistas daquele período a estender sua busca de totalidade no planeta, e a compreender que a Terra é como um todo integrado e harmônico.

A organização do pensamento, desvinculado do pragmatismo, concebe a questão ambiental ou socioambiental sem hierarquia, sem assuntos mais ou menos importantes em meio à diversidade das dimensões de nossa existência, bem como da existência da vida no planeta. Esta concepção é forjada, não somente do ponto de vista da ecologia, mas também da materialidade histórica e econômica da sociedade.

Todavia, o enfoque atribuído à relação sociedade e natureza, no século XIX, tem suscitando reflexões distintas por meio dos debates sobre os conceitos e sua gênese. É conferido a Humboldt, em seu primoroso *Kosmos*, a similitude do pensamento integrado ao analisar geograficamente a natureza, como bem apresenta Souza (2016): “Ele viu a natureza como uma grande unidade que contém em seu seio forças múltiplas que se combinam e se harmonizam, mesmo que elas pareçam se combater, e que todas visam ao mesmo objetivo: à multiplicação da vida”.

Contudo, metodologicamente, Jean Tricart tem se consagrado com seu método de estudos dos sistemas fundamentados em *Ecodinâmica* (1977).

O conceito de sistema é, atualmente, o melhor instrumento lógico de que dispomos para estudar os problemas do meio ambiente. Ele permite adotar uma atitude



dialética entre a necessidade e a análise – que resulta no próprio progresso da ciência e das técnicas de investigação – e a necessidade, contrária, de uma visão de conjunto, capaz de ensejar uma atuação eficaz sobre esse meio ambiente. Ainda mais, o conceito de sistema é, por natureza, de caráter dinâmico e por isso adequado a fornecer os conhecimentos básicos para uma atuação – o que não é o caso de um inventário, por natureza estático (Tricart, 1977, p. 19).

Os conceitos de sistema e subsistemas elaborados por Tricart são amplamente conhecidos entre os estudos de paisagens e sua infinidade de camadas, considerando os múltiplos arranjos socioespaciais a serem mapeados; o conjunto dos elementos físico-naturais e suas potencialidades e fragilidades para uso e preservação da terra; permite o reconhecimento integrado dos elementos e distancia-se de compreensões isolacionistas.

O pensamento sistêmico de Fritjof Capra conduz a uma contribuição teórica que joga luz na forma de pensar “em termo de conectividade, de relações, de contextos”. Essa maneira de pensar nos garante que as partes são propriedades do todo e não o contrário. Considerando a possibilidade de um sistema se sucumbir, “as propriedades são destruídas”. Para o autor, o pensamento sistêmico é contextual e oposto ao pensamento analítico do método cartesiano. Assim, as propriedades das partes, para serem entendidas exigem a “organização do todo” (Capra, 1996, p. 41).

Nessa visão integradora, o todo e as partes devem trocar de papéis, de modo que o todo se torne o protagonista numa nova percepção de como se relacionar com o mundo, enquanto as partes devem ser o que exatamente são, apenas partes singulares ou propriedades do todo integrado. Nessa cosmovisão a geografia é compreendida por inteiro, a paisagem não seria apenas tudo aquilo que a visão alcança, mas ela apresenta também: cores, sabores, odores, sons e infinitas perspectivas. Destarte, não se admite o ser em si (fragmentado, isolado), mas o ser com, isto é, uma existência interdependente e harmônica na dinâmica do todo.

É notável a necessidade de se fazer uma crítica ao sistema econômico do capital que vá além da crítica dessa cosmovisão de Fritjof Capra. Os autores Layrargues e Lima (2014, p. 30), argumentam que a ecologia de Capra se diluiu na macrotendência pedagógica que está vinculada com o conservadorismo, embora suas críticas ao cartesianismo proponham uma radical ruptura com o paradigma, claro está que se limita na crítica epistemológica e não toca em assuntos de ordem estrutural para que possa haver uma transformação radical na sociedade. Assim argumentam os autores:

São representações conservadoras da educação e da sociedade porque não questionam a estrutura social vigente em sua totalidade, apenas pleiteiam reformas setoriais. Apontam para mudanças culturais reconhecidamente relevantes, mas que



difficilmente podem ser concretizadas sem que também se transformem as bases econômicas e políticas da sociedade (Layrargues e Lima, 2014, p. 30).

Seria, minimamente, ingênuo negar que Fritjof Capra, em seu bastante aceito *A Teia da Vida* (1996), entre outras importantes obras, encontrou êxitos em propor uma nova compreensão científica dos sistemas vivos e para a vida em sociedade. Todavia, é lúcido dizer também que as propostas de ‘mudanças’ nas obras de Capra limitam-se aos esforços dos indivíduos e das comunidades, nas ações sustentáveis, jogando sobre as costas dos sujeitos e da organização civil as tarefas para barrar a destruição ambiental e seu leque de problemas, embora não isente de responsabilidades àqueles que diuturnamente inviabilizam a continuidade da vida no planeta. Apontar os verdadeiros responsáveis, a convivência do poder do estado e suas instâncias de manipulação é um passo fundamental em direção a uma consciência livre de ideologias, livre das trapaças que obnubilam o entendimento.

Notavelmente, o conceito de desenvolvimento sustentável, canonizado pelo Relatório Brundtland⁴, se disseminou amplamente em vários segmentos da sociedade. A formulação do conceito é estratégico-ideológico, suas raízes estão na primeira reunião onde se debateu, ‘oficialmente’, o temário ambiental, o Clube de Roma, composto por representantes do grande empresariado internacional (Porto-Gonçalves, 2006, p. 67).

Para o geógrafo e educador Valter Machado da Fonseca

[...] A formulação do conceito foi milimetricamente planejada, de tal sorte que todas as consequências, vantagens e desvantagens fossem quantificadas, permitindo ao paradigma capitalista de produção, reprodução e expansão, principalmente por meio das transformações dos legítimos valores socioambientais em mercadorias, ou seja, a agregação destes valores socioambientais aos produtos advindos da cadeia produtiva capitalista [...] (Fonseca, 2013, p. 194).

Durante as conferências ambientais que se seguiram, tornava-se cada vez mais claro *quem* dominava o debate ambiental. A ideia de sustentabilidade passa a ser intimamente vinculada ao pragmatismo ambiental, caracterizada por Lairargues e Lima como uma macrotendência, cujos elementos que a compõem são validados pelos resultados produzidos.

A macrotendência pragmática, que abrange, sobretudo, as correntes da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para o Consumo Sustentável, é expressão do ambientalismo de resultados, do pragmatismo contemporâneo e do ecologismo de

⁴ O documento chamado *Our Common Future*, conhecido por relatório Brundtland que, aliás, tornou-se uma citação clássica sobre este assunto, diz que: "desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades.



mercado que decorrem da hegemonia neoliberal instituída mundialmente desde a década de 1980 (Lairargues e Lima, 2014, p. 30-31).

Os fundamentos dessa racionalidade técnica se disseminam pelo mundo, sobretudo, a partir dos documentos oficiais das conferências internacionais sobre os limites do crescimento, sobre o clima, sobre a educação ambiental, entre outras dimensões. Estavam, assim, lançadas as bases para as práticas de sustentabilidade e suas dimensões (sociais, ambientais, urbanas, culturais, espaciais, econômicas, etc.).

Controlar o debate ambiental e ao mesmo tempo explorar a natureza, tem sido a tônica dos ideólogos e tecnocratas do desenvolvimento sustentável e dos processos de sustentabilidade que variam das práticas de ‘consumo sustentável’ à empresa ‘amiga’ do meio ambiente. Afinados com o discurso das práticas sustentáveis, o movimento ambientalista (deslocados para a corrente pragmática) aponta uma dinâmica que reduz os problemas ecológicos ao salvamento de espécies ameaçadas, contestam a emissão de CO² na atmosfera, incentivam a reciclagem de resíduos sólidos urbanos, compostagem de resíduos orgânicos, estimulam adoção de tecnologias para empresas sustentáveis, promoção de inovações tecnológicas e marketing ambiental, incorporação de tecnologias à cidade a partir de bairros ditos ‘inteligentes’, criação de partidos verdes, etc. Muitas dessas iniciativas são bastantes eficazes em dar legitimidade a um ambientalismo que se constitui numa grande cortina de fumaça ao não tocar em questões mais profundas. Neste sentido, Harvey explica duas coisas.

Em primeiro lugar, como é importante que o capital vista o manto da responsabilidade ambiental como fundamento legítimo do ambientalismo das grandes empresas do futuro. Desse modo, ele poderá dominar os discursos ecológicos – isto é, definir a natureza segundo seus termos (em geral monetizados, com o auxílio de análises de custos e benefícios) – e tentar resolver a contradição entre capital e natureza de acordo com seus interesses de classe. Em segundo lugar, quanto mais dominante for o motor econômico do capital nas várias transformações sociais que constituem o capitalismo mundial, maior será o domínio das regras que regem a relação metabólica do capital com a natureza nos discursos públicos, nas políticas públicas e na política *tout court* (Harvey, 2016, p. 234).

Ao exercer domínio sobre o debate ambiental, concomitante ao direcionamento de políticas públicas, incluindo a criação de leis sem eficácia na prática, isto rende ao capital a continuidade do processo de exploração dos ‘recursos naturais’, de modo que a indústria e a agroindústria prosseguem com a produtividade desejada num sentido de crescimento contínuo. Outro fator que reforça a legitimidade da falaciosa responsabilidade empresarial frente às contradições que o próprio sistema econômico reproduz são as medidas compensatórias, muito mais propagandistas do que transformadoras. No entanto o projeto do desenvolvimento



sustentável da ONU se tornou uma estratégia de mercado em nível mundial, largamente explorado pelas empresas ‘ecossustentáveis’.

Esta ‘legitimidade’ está presente com muita força e afirma suas ‘certezas’ nos bancos escolares dadas dificuldades de compreender e considerar mais a fundo nossa sociedade conflituosa, como admoesta o professor Jefferson da Silva (1992):

Atualmente, em educação, a maior tentação a vencer é a descaracterização profissional do educador em seu sentido social provocada pelo insistente reclamo de uma perspectiva abstrata e liberal que aponta o caminho para uma esfera de compromisso com o homem e a sociedade considerados como valores universais em si, independentes da situação histórica em que acontecem. Há assim, nessa educação, uma dificuldade em assimilar o conflito, a luta de classes, como valor de educação, e, por isso mesmo, em tomar o seu sentido político em uma prática histórica de conflito (Silva, 1992, p. 61).

O autor ressalta o caráter político do profissional da educação e propõe a afirmação de sua consciência plena de seu ‘fazer docente’. Os discursos reproduzidos por professores e alunos de forma acrítica definem o caminho contrário dessa ‘plena consciência’ do trabalho educativo. O reduzido número de professores que se desvinculam da lógica de ensino alinhado com as falácias do ‘capital sustentável’, encontram resistências, e, o sentido de apresentar outra perspectiva se esbarra no que já está imposto pelo Estado por atender aos interesses econômicos do capital.

O KITSCH TOTALITÁRIO E A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

A partir desta base teórica é notável que as práticas sustentáveis, sejam elas escolares ou empresariais, estejam intimamente vinculadas ao discurso da macrotendência pragmática que domina o debate ambiental, seja para a permanência da exploração dos bens da natureza, seja para encontrar nichos econômicos da própria questão ambiental, como afirma Harvey (2016, p. 231), “o capital transformou a questão ambiental em um grande negócio”.

No entanto, para exemplificar o modo como as empresas lançam mão do *kitsch*, são três os casos bastante emblemáticos ocorridos no Brasil que nos dão uma dimensão de como as ações vis das empresas são mascaradas pelo discurso da sustentabilidade.

A primeira é a Vale do Rio Doce, antiga estatal privatizada durante o governo Fernando Henrique Cardoso no conjunto de empresas nacionais incluídas no programa da ‘privataria Tucana’. Essa empresa se envolveu em dois acidentes (5 de novembro de 2015 e 25 de janeiro de 2019). O primeiro foi em Mariana-MG, na Barragem do Fundão, explorada pela



mineradora Samarco e controlada pela Vale, o que causou 19 mortes, a contaminação das águas do Rio Doce, a contaminação do solo, as perdas patrimoniais e materiais da população que viviam dentro do mapa de inundação, além dos traumas irreparáveis.

A segunda, também envolvendo a Vale, e ainda mais impactante, foi o rompimento da barragem do córrego do Feijão em Brumadinho-MG. Esse tipo crime socioambiental tem uma natureza própria que deixou um rastro de destruição e morticínio. Foram 272 pessoas assassinadas pela Vale. Despejou, ainda não calculados, milhões de metros cúbicos de rejeitos contaminantes na bacia do Rio Paraopeba e ceifou toda uma biobiversidade que já vinha sofrendo com a presença da mineradora.

O terceiro caso é a extração de sal-gema no litoral de Maceió feita pela brasileira e multinacional Brasken. O relatório do Serviço Geológico do Brasil de 2019 deixa claro a relação entre a extração da sal-gema e a fragilização do solo nos pontos sondados pela geotecnologia. O relatório apresenta trabalhos de “investigação geológica-geotécnica, geofísica e hidrogeológica” e conclui suas hipóteses afirmando que ocorrem:

Presença de solos colapsáveis e orgânicos, forma de ocupação e métodos construtivos inadequados [...]. Ocorrência de cavidades decorrentes da dissolução de rochas em subsuperfície ou desabamento de minas de extração de sal-gema, como as minas 7 e 19. [...] A correlação entre zonas de falha com direção NNW-SSE que ocorrem nos bairros do Mutange e Bebedouro e a localização das minas de sal indicam que o processo de mineração interferiu diretamente na trama estrutural preexistente da região e favoreceu a reativação dessas estruturas, produzindo a subsidência observada nos dados de interferometria (Serviço Geológico do Brasil, 2019, p. 37).

A Brasken explora o sal-gema no litoral de Maceió-AL desde a década de 1970, entretanto em 2018 “surgiram fissuras, trincas e rachaduras no bairro Pinheiro, que se agravaram a partir de um tremor de magnitude 2,5 na escala Richter no mês de março de 2024. A partir daí houve rebaixamento do solo nos bairros Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e Farol” (Simões, 2022, p, 03). Este autor segue relatando que parte de moradores tiveram que deixar suas casas, a justiça obrigou a mineradora Brasken a arcar com os alugueis dessas pessoas em outras regiões da cidade, mas não assume a culpa dos sismos em razão de suas atividades criminosas. Outra parte dos moradores seguem vivendo nas áreas de risco onde a empresa continua exercendo as atividades de extração (Simões, 2022, p, 03-04).

Em comum esses três casos priorizam suas atividades econômicas, mantém alta lucratividade ao tempo que lidam com as contradições. Na página oficial da mineradora Vale do Rio Doce, na sessão de sustentabilidade, a companhia admite que suas atividades pelo mundo causam impactos ambientais e que por isso mesmo higieniza o discurso informando

que: “investimos em tecnologias, pesquisa e ações para gerenciar os riscos e minimizar os impactos socioambientais de nossas operações nas localidades onde atuamos⁵”.

A figura 1 é um recorte da página da mineradora onde está representado a estética de um mundo controlado com o manejo adequado, colorido e bastante persuasivo para o julgamento do internauta desavisado.

Figura 1: página oficial da mineradora Vale do Rio Doce, 2025.



Fonte: <https://vale.com/pt/meio-ambiente>. Acesso em: 07-07-2025.

O que a página não apresenta é o rastro desolador de mortes, lama e traumas sociais e ambientais. As imagens bonitas e as palavras polidas cumprem o papel do *kitsch* em esconder o que há de mais perverso nas ações dos homens de poder econômico, de um grupo de pessoas, de uma representação comercial, uma mineradora como a Vale ou do próprio Estado. A Vale se gaba dos investimentos anunciados em editais de tecnologia, sustentabilidade e cultura. A maior mineradora do país obteve um faturamento de R\$ 39,940 bilhões em 2023⁶ e reservou para 2024 R\$ 30 milhões⁷ a serem distribuídos para entidades filantrópicas e outros segmentos que possam se inscrever nas migalhas distribuídas pelos editais da Vale.

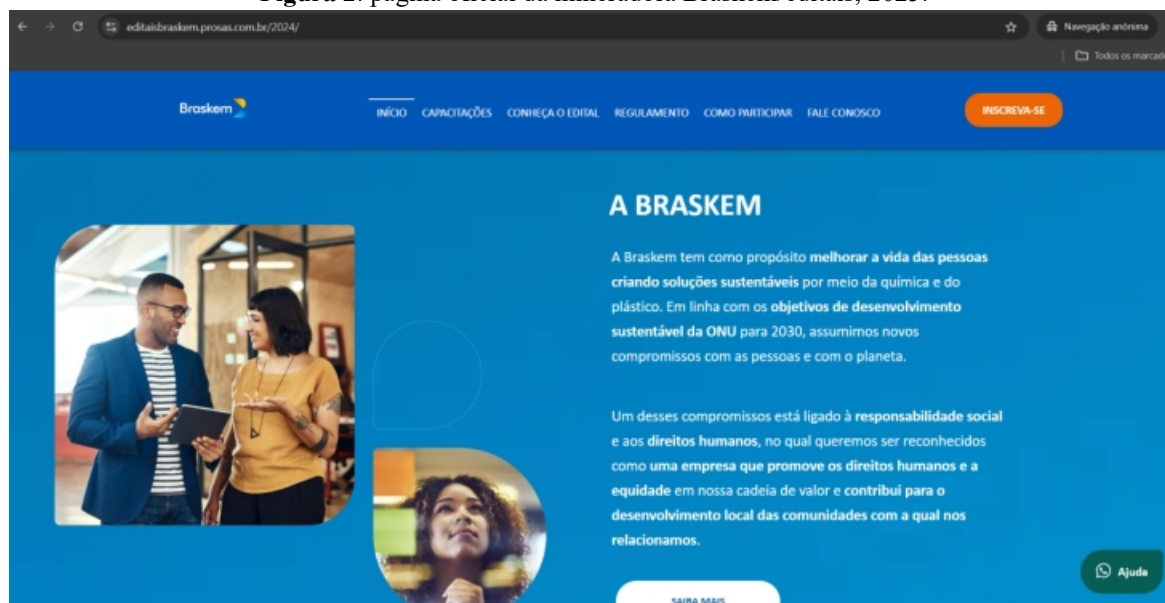
⁵ Disponível em: <https://vale.com/pt/meio-ambiente>. Acesso em: 07-07-2025.

⁶ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/02/22/vale-registra-lucro-de-us-7983-bi-em-2023-queda-de-52percent-enquanto-comando-segue-indefinido.ghtml>. Acesso em: 07-07-2025.

⁷ Disponível em: <https://vale.com/pt/w/instituto-cultural-vale-lanca-edital-2024-1>. Acesso em: 07-07-2025.

No mesmo sentido, a Braskem promove sua filantropia com base na distribuição de recursos editais, fazendo uso de palavras que teriam algum significado se o contexto no qual está inserida essa empresa não fosse o de promover atividades criminosas que destroem vidas, afundam lembranças e coloca em risco uma cidade inteira. Na figura 2 destacamos o cinismo conferido a essa empresa e o contraste entre suas ações contra as pessoas, contra o meio ambiente e o rosto falso que ela mostra para a sociedade.

Figura 2: página oficial da mineradora Braskem/editais, 2025.



Fonte: <https://editaisbraskem.prosas.com.br/2025/>

As palavras destacadas nos dois trechos da citação a seguir é o fiel retrato do lixo jogado para debaixo do tapete, o fiel retrato de quem faz uso do *kitsch*.

A Braskem tem como propósito melhorar a vida das pessoas criando soluções sustentáveis por meio da química e do plástico. Em linha com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU para 2030, assumimos novos compromissos com as pessoas e com o planeta.

Um desses compromissos está ligado à responsabilidade social e aos direitos humanos, no qual queremos ser reconhecidos como uma empresa que promove os direitos humanos e a equidade em nossa cadeia de valor e contribui para o desenvolvimento local das comunidades com a qual nos relacionamos⁸.

As palavras amortizadas e articuladas no discurso abrandado servem como eufemismo aos crimes contra o meio natural e a sociedade em geral, porém especialmente contra as pessoas que são diretamente atingidas.

⁸ Disponível em: <https://www.braskem.com.br/a-braskem> acesso em: 07-08-2025. Grifos do site.



O borrfar de perfume nas atividades de putrefação é inebriante aos indivíduos mediatizados por uma pseudoconcreticidade latente na sociedade, mas que são intensificadas pela superestrutura, por sua vez é financiada por esse sistema econômico estruturante dos mesmos canais que mantém vivas as pseudoconcreticidades, ou seja, o poder econômico é o financiador do *kitsch totalitário*, engendrado no sistema de comunicação e informação da sociedade para a permanência o capital como sistema de morte e desolação.

No entanto, para fazer uma crítica ao sistema do capital, não basta apontar suas mazelas e o quanto ele é prejudicial à vida em sociedade. O sistema de acumulação ‘infinita’ do capital, sobressalta uma contradição perigosa – a necessidade de extrair bens naturais para servir ao sistema econômico de acumulação por espoliação também da mais-valia, concomitante à sua destruição pelo próprio modo de produção engendrado pelo capital.

Tendo em vista que é preciso ir além das abordagens fenomenológicas para vislumbrar uma mudança estrutural, recorreremos às reflexões pautadas nos fundamentos da ‘crítica da economia política’. É flagrantemente inteligível que as forças produtivas do capital produzem, como é sabido, um espaço geográfico cada vez mais tecnificado para atender aos interesses de sua própria reprodução, incapaz de produzir valores de uso para o bem-estar comum, a menos que estejam vinculados ao lucro desejado, isto é, tomados sob a forma de mercadoria.

As forças produtivas do capital produzem, como é sabido, um espaço geográfico cada vez mais tecnificado para atender aos interesses de sua própria reprodução, incapaz de produzir valores de uso para o bem-estar comum, a menos que estejam vinculados ao lucro desejado. No entanto, é notável que as potencialidades tecnológicas do capitalismo crescem tanto mais aceleradas quanto crescem as desigualdades entre os homens, bem como crescem, igualmente, as ameaças cada vez mais preocupantes de explosão das crises ambientais, ainda que “o capital tem uma longa história de sucesso na resolução de problemas ambientais” (Harvey, 2016, p. 229). Todavia, nota-se que é possível lançar a tese sobre as aspas de Harvey indagando se a intensidade em que ocorrem a descaracterização das paisagens no espaço geográfico não têm deixado comunidades ao redor do mundo, paulatinamente, vivendo em condições inóspitas?

Dada a incontrolabilidade do modo de produção da sociedade capitalista e o seu vínculo inerente ao sistema rentista, ávidos por mais-valia, este sistema está organizado para não conseguir resolver os problemas estruturais, das distorções sociais, da questão ambiental, da defesa dos territórios dos povos originários, do racismo cientificamente constituído, do desemprego, do subemprego, da pobreza, etc., mas, de fato, o que acontece é um



aprofundamento desses problemas, sua incapacidade se dá no âmbito do que é necessário para sua manutenção. Mas o que é necessário para a sua superação?

As determinações do modo de produção social e econômica, impostas pelas infraestruturas instaladas, desdobram-se as crises ambientais e as contradições sociais. Estas não foram resolvidas pela teoria dos sistemas em Capra e nem pela Educação Ambiental Crítica. A primeira por haver sido capturada pelo discurso técnico ambiental e diluído no modo cartesianista que Capra tanto criticou; a segunda por se enclausurar na bolha acadêmica e não emergir enquanto potencial de transformação político-pedagógica.

Neste sentido, pautamos os fundamentos de uma educação ambiental crítica, mas que esta crítica carregue consigo os fundamentos de uma Crítica da Economia Política, sem perder a abordagem do todo integrado e o modo como os seres vivos, nessa totalidade, se reproduz, desdobrando-se, assim para outras dimensões da criticidade, como:

- Crítica ao necessário processo protocolar da produção do valor na sociedade capitalista;
- Crítica à forma, ao fetiche da mercadoria e à relação sujeito-objeto;
- Crítica à naturalização do conceito de natureza para a produção de mercadorias em todas as etapas de metamorfose;
- Crítica ao duplo caráter das relações de produção e das forças produtivas no capitalismo;
- Crítica aos perigos da acumulação primitiva do capital para as comunidades indígenas e tradicionais nos dias atuais;
- Crítica à separação corpo e mente que favorece o descontrole dos indivíduos e causam as doenças em nome de uma saúde remediada e não preventiva;
- Crítica à interpelação dos aparelhos ideológicos que mantém o ‘estado de coisas’ (religião, jurisprudência, mídias tradicionais e sociais, moral, etc.).

A criticidade destacada por tópicos para se apreender distintas temáticas, não corresponde a uma metodologia, nem se pretende como tal. A finalidade é apontar as contradições e, a partir de uma episteme pré-existente, promover um entendimento de negação das narrativas vinculadas aos “aparelhos ideológicos de Estado” (Althusser, 85).

A Educação Ambiental Crítica baseada no entendimento proposto pela geografia dos sistemas, cuja abordagem que valoriza o todo integrado, somente se completa, enquanto teoria transformadora se ela vier acompanhada de uma crítica da economia política e suas dimensões



supracitadas. É preciso compreender a ligação, ainda que por uma rede desigual e combinada, entre as oligarquias locais e regionais com o comando imperialista global. É preciso, destarte, ter claro qual é a ligação entre o PL da devastação (PL 2.159/2021) e os interesses das empresas transnacionais, tendo em vista que o Brasil é um dos países com as maiores extensões de terras raras do mundo. Por fim, há que considerar também, nesta linha de raciocínio, as partes como instrumentos secundários para o funcionamento do todo, de modo a se assentar como a base socioespacial onde se realiza a vida e a produção, tanto do espaço quanto da sociabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os três momentos de debate que buscamos tratar neste artigo, compreende-se, em primeiro lugar a reflexões críticas sobre o cartesianismo e sua permanência viva no currículo escolar e como ele continua engendrado no espírito humano diante das dimensões societárias em geral; em segundo lugar, as virtudes do pensamento ecodinâmico que ganhou amplo espaço na geografia e sua abordagem sistêmica, mas que neste artigo ressaltamos em particular as ideias do físico Fritjof Capra; e em terceiro lugar, destacamos como as empresas mascaram suas atividades criminosas, ceifando vidas, ao passo que iludem a opinião pública com discursos e migalhas financeiras.

Sinalizamos, mas não aprofundamos neste artigo, as determinações daquilo que é necessário para a reprodução do capital, não é sua inclinação, tampouco aptidão proteger os bens naturais, tampouco as pessoas que nele vivem e dele precisam. Foi possível indicar também que, tendo em vista as necessárias determinações da sociedade capitalista, ela não é capaz de resolver os problemas estruturais das distorções sociais e da questão ambiental dada sua natureza destrutiva. Assim, lançamos a questão: o que é necessário para a superação do modo de produção capitalista?

Claro está que o rompimento com o domínio do capital não é garantia que cesse toda a problemática iniciada a mais de cinco séculos. Fato é que no passado as mais rudimentares tecnologias também foram responsáveis por ceifar milhões de vidas e de espécies animadas e inanimadas, com a tecnologia atualmente disponível pelos grandes centros do capital, o litoral do Brasil está em risco, as florestas equatoriais do sudeste asiático, da savana africana e da Amazônia brasileira, bem como tantos outros domínios paisagísticos, inevitavelmente, estão sob ataque constante. O perigo é real, e a necessidade da sociedade reagir é ainda maior.



REFERÊNCIAS:

ALENTEJANO, P. R. R; TAVARES, E. Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GDPs): uma análise crítica a partir da Geografia. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 190-233, jan.- jun./2019.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Cultrix, São Paulo, 1996.

FONSECA, V. M. **A educação ambiental na escola pública**: estrelando saberes, unificando conteúdos. São Paulo: Biblioteca 24x7, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3º ed. Atlas, São Paulo, 1991.

GRIIN, M. 2009. **Ética e educação ambiental**: a conexão necessária. 12º ed. Papirus Editora: Campinas.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Tradução Rogério Bettoni. 1º ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

KUNDERA, M. **A insustentável leveza do ser**. Tradução Teresa B. Carvalho de Fonseca. Rio de Janeiro. Editora Rio Gráfica, 1986.

LAYRARGUES, P. P; LIMA, G. F. da C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade** - São Paulo v. XVII, n. 1 n p. 23-40 n jan.-mar. 2014.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?**: Por uma epistemologia crítica. São Paulo: ed. Contexto, 2006.

MÜLLER, D. T. Desenvolvimento E Sustentabilidade Ambiental. **Direito em Debate** – Revista do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Unijuí. ano XX nº 35, jan.-jun. 2011 / ano XX nº 36, jul.-dez. 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. V. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Estudos Sobre a Instabilidade do Terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL). Volume I: **Relatório Síntese Dos Resultados Nº 1**. Brasília, 29 Abril de 2019. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/jspui/handle/doc/21133>. Acesso em 07-09-2024

SIMÕES, P. E. M. Discurso de sustentabilidade face ao rime da Braskem em Maceió: reflexões sob a perspectiva pecheutiana. **XI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD - EnEO 2022**, On-line - 26 - 27 de mai de 2022. 2177-2371. Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/117/approved/db9e6eef2eb4f0d8c55ecc7beaf2d78d.pdf>. Acesso em: 07-09-2024.

SILVA, J. I. da. **Formação do educador e educação política**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.



ENANPEGE
XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

SOUZA M. D. de. O Cosmos de Alexander Von Humboldt. **Geographia Meridionalis** - revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas, v. 02, n. 02 Jul-Dez/2016 p. 281–286. <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Geographis/index>. ISSN 2446-9165.